

EDITORIAL

# Ameaças repetidas

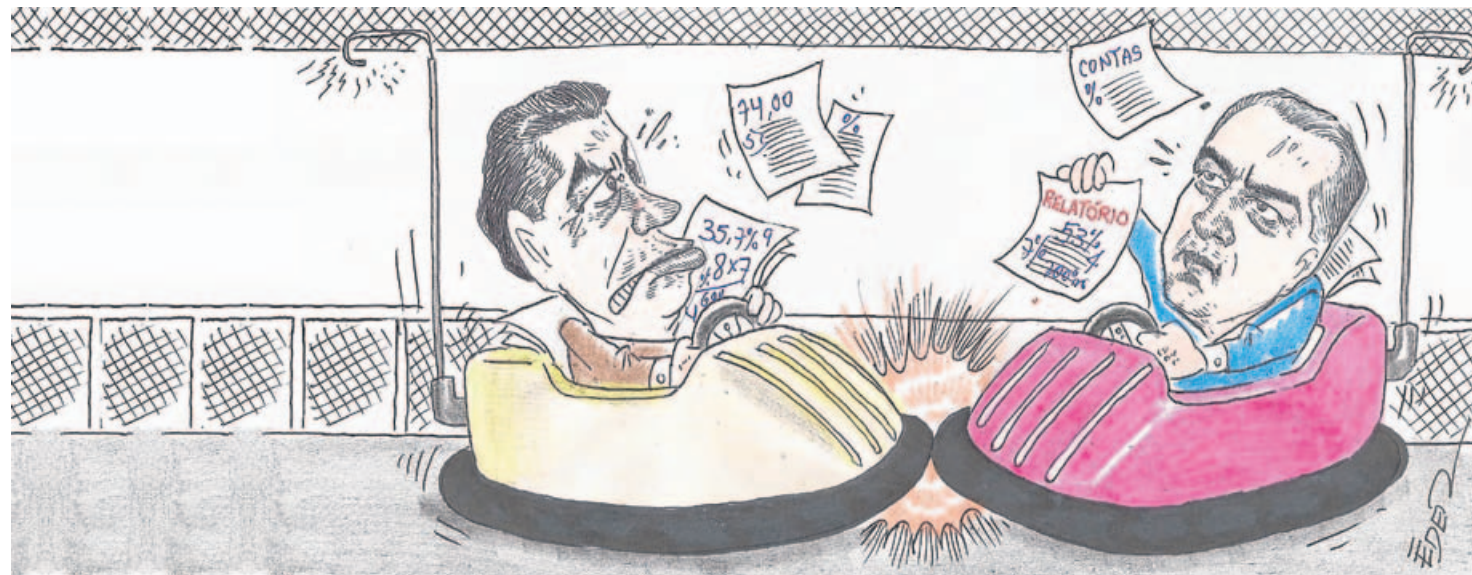
**Para que o convênio seja renovado, é essencial que Governo e Prefeitura tenham participação mais ativa no acompanhamento de gastos da Santa Casa**

Desde 2013, repetem-se os apelos por verbas e reclamações sobre dificuldades financeiras enfrentadas na Santa Casa de Campo Grande. Nos dias atuais, de crise econômica, a falta de dinheiro afeta todos os segmentos. Entretanto, os problemas nas contas do hospital remontam a datas anteriores ao atual cenário de estagnação de investimentos e queda em receitas. Ainda em 2013, o presidente da Associação Beneficente - mantenedora do hospital - anunciou que iria entregar o pronto-socorro à prefeitura. Em agosto, outro obstáculo: os médicos estavam com salários atrasados e ameaçavam paralisar as atividades. A administração municipal também precisou, neste começo de ano, avilizar empréstimo para que o 13º salário dos servidores fosse pago. Agora, surge nova polêmica, pois venceu o contrato com a prefeitura para repasses mensais de R\$ 4,2 milhões. A atual gestão condiciona a renovação ao apoio do Governo do Estado, pressionando pelo comprometimento de metade desse montante. Nessa “guerra”, infelizmente, o maior risco é para os pacientes, pois há ameaça de suspender atendimentos.

Nesse aspecto, é importante salientar a situação constante de risco e incertezas com que os pacientes sul-mato-grossenses são obrigados a conviver constantemente. Esse receio é ainda maior para os moradores que acompanharam, apreensivos, as dificuldades que culminaram com o fechamento do pronto-socorro do hospital em 2005. À época, formou-se Junta Administrativa - com participação da União, Estado e Município - para retomar os atendimentos. Caso a história se repetisse, certamente, os moradores voltariam a enfrentar momentos caóticos. Não há dúvida de que, hoje, hospitais de todo o País enfrentam problemas em decorrência da defasagem dos procedimentos executados por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), cujos repasses são insuficientes para cobrir os gastos mensais. Nesse aspecto, há ainda a problemática da dívida acumulada por anos pela Santa Casa, que parece interminável e já foi motivo de muita polêmica.

Hoje, pelos números apontados pela Associação Beneficente, que convocou coletiva para alertar sobre as dificuldades e, assim, chamar a atenção das autoridades, parece que os repasses do poder público são a única salvação para as contas. Entretanto, para que o convênio seja renovado, é essencial que Governo e Prefeitura tenham participação mais ativa no acompanhamento de gastos. A gestão estadual já demonstrou interesse em contratar uma consultoria para analisar as contas do hospital, medida correta, considerando-se que estarão recebendo dinheiro público. O Município precisa agir da mesma forma. Esse controle, de forma alguma, deve ser censurado pela Associação e nem se aproxima de uma intervenção. Mas é natural que, ao receber ajuda, abra-se espaço para que o monitoramento seja feito.

Fica difícil compreender o apelo por verbas diante da insistência da Associação Beneficente para retomar o controle da Santa Casa, inclusive com disputa judicial na época da intervenção. O atendimento da população deve ser priorizado e, por isso, é importante que o poder público esteja mais presente para acompanhar as receitas, despesas e investimentos do maior hospital do Estado. Quem sabe, assim, as ameaças não voltem a se repetir.



OUTRAS OPINIÕES

## A primavera ou a praga

MARIO AMARAL RODRIGUES

Docente aposentado da UFMS

A primavera é multicolorida, sonorizada pelos pássaros, adocada por mel e, acima de tudo, um clima de harmonia, entre as distintas cores e sons. As folhas (verdes) são órgão da respiração das plantas. Quando praga alguma a ataca, formigas vermelhas, por exemplo, o cenário é de tranquilidade e paz, como o é todo jardim saneado. A primavera é de tal forma agradável que não é raro termos o desejo de viver sempre nela.

Politicamente, há nações que conseguem, exemplos de tal tranquilidade política são: Suécia, Finlândia, Nova Zelândia. Esta última com dois detalhes

interessantes. O primeiro é que foi colonizada, em altíssimo percentual, por “fichas-sujas” e hoje não os tem em seu quadro político. O segundo é que está abaixo do Equador, como nós, onde não há tantos exemplos de “vida colorida”, como no outro hemisfério.

No Brasil, episódios recentes e inquietantes (manifestações), de cores distintas trazem um colorido de “mau presságio”. Uma vermelha, numericamente insignificante, se antecipa (tática) à outra (verde e amarela), a primeira defendendo o atual governo e a segunda conceituando-o ruim e péssimo (62%). Os coloridos, tão distintos em seus significados,

recebem adição de mais inquietação, uma autêntica ação guerrilheira, em que se incendiam pneus, uma barricada vermelha, bloqueando estrada e via urbana, desafiando a ordem e impondo obstáculo ao progresso.

Esta guarda evidências de ser “obra” de um tal “exército do Stédile” assim nominado por um ex-presidente da República, episódio a que se refere Gilberto Robalinho Silva (“O Exército de Stédile está nas Ruas - Correio do Estado 14-03-2015). O vermelho quer se impor? É esta a via pela qual o tal ex-presidente, candidato ao poder desde que deixou o cargo, quer voltar a ele? É “exército de

Stédile” seu cabo eleitoral, ou “braço armado”? Esta a praga que pode, em sendo fustigante, descolorir a primavera. Como se já não bastasse o panorama econômico que assusta, como bem acusa o Deputado Rinaldo Modesto (“Brasil entrará em colapso...” **Correio do Estado** 18-03-2015 - p. 3), afirmando: “A população chegou ao fundo do poço...”

Para eliminar a praga e salvar a primavera, o remédio indicado é a Lei Federal nº 7.170 de 14 de dezembro de 1983, Lei de Segurança Nacional (citada por Robalinho no artigo mencionado - **Correio do Estado** antes citado). Lei que parece não ser reconhecida, nem lembrada, por nossa atual chefe de governo. Se o propósito da mesma é “lavar as mãos”, uma delas tentará prevalecer e aí será a primavera ou a praga.

## Águas do Guarairoba – situação e perspectivas

SILVIA RAHE PEREIRA Bióloga, doutora pela UFSCAR em Ecologia e Recursos Naturais e bolsista da Embrapa (silvirahe@gmail.com)

FREDERICO VALENTE Engenheiro, especialista em Engenharia Sanitária e Gestão Pública, foi presidente da Sanesul (valente@campogrande.net)

De onde vem a água que serve Campo Grande? Corremos risco de falta de abastecimento? Começamos a nos perguntar sobre tais questões frente à crise no fornecimento de água em diversas cidades mundo afora, ocorrida nos últimos meses. Para respondê-las, vamos, inicialmente, a um breve histórico. Quando, em março de 1987, a Sanesul inaugurou o Sistema Guarairoba, não havia tecnologia para retirar a água mais barata e potável das profundezas do então chamado “Arenito Botucatu”, o que hoje está resolvido. Foi então necessária a execução da grande e custosa obra para trazer água do Córrego Guarairoba a uma distância de 30 km e elevá-la 200 metros, para chegar até a estação de tratamento (ETA) e atender Campo Grande até o ano 2000.

Passados 28 anos, a Bacia do Guarairoba ainda é a principal fonte do abastecimento da Capital, sendo responsável por 38% deste. Por conta disso, já naquela época foram iniciados alguns estudos por um grupo técnico polivalente, composto não só por especialistas da SANESUL, como também do órgão ambiental e da sociedade civil, visando à preservação e sustentabilidade do manancial. Esses estudos acabaram fornecendo subsídios à Constituição Estadual de 1989, que contemplou a questão da água em diversos artigos, e também ao Poder Público Municipal, que instituiu em 1995 a Área de Proteção Ambiental dos Mananciais do Córrego Guarairoba (APA do Guarairoba).

Na elaboração do seu Plano de

Manejo publicado em 2008, detectou-se que a progressiva substituição da vegetação natural por pastagens cultivadas, associada a situações em que o manejo do gado e do solo não foi compatível com a capacidade de suporte ambiental local, gerou impactos expressivos na Bacia, sobretudo no que se refere a processos erosivos e ao assoreamento dos corpos d’água naturais e também da represa de captação. Como consequência, já é detectada atualmente diminuição da lâmina d’água e da sua vazão.

Em atenção a essa preocupação, uma ampla proposta de recuperação de toda a Bacia foi instituída pela Prefeitura. O Programa Manancial Vivo é uma experiência de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) para proprietários que implantem práticas e manejos conservacionistas e de melhoria da distribuição da cobertura florestal na paisagem, contribuindo para o incremento de biodiversidade, aumento da infiltração de água e redução efetiva da erosão e sedimentação. A Prefeitura, com recursos da Agência Nacional de Águas, custeia 40% dos investimentos dos produtores com as medidas de preservação ambiental adotadas em cada propriedade. Além disso, cada um receberá por cinco anos uma compensação financeira anual por hectare preservado, como PSA. Apesar de o Programa já estar em andamento desde 2009, este ainda apresenta alguns gargalos que devem ser enfrentados.

Deve haver o entendimento de que sua implantação em toda a extensão da Bacia extrapola os

períodos de mandatos da gestão municipal. Desde seu início, há seis anos, duas das cinco sub-bacias foram atendidas. Sob pena de cair no descrédito do produtor, deve-se evitar, a todo custo, a perda de celeridade na execução das atividades previstas. O novo fôlego ganho com a assinatura dos contratos com os produtores da 2ª fase e o lançamento do edital da 3ª fase agora no mês de março não pode ser perdido, independente de troca de gestores.

O produtor precisa ser definitivamente “convencido” de que o Programa é uma boa oportunidade! Ele receberá subsídios para parte da execução das intervenções, apoio técnico para a elaboração do projeto de adequação da propriedade, terá acesso às tecnologias já existentes para a melhoria na produção de forma sustentável e, ao fim, ainda receberá parte do investimento de volta na forma do PSA. Independentemente do Programa, já teriam que executar diversas intervenções para atender tanto ao plano de manejo da APA, como às demais leis ambientais vigentes, e já estão sendo cobrados pelo Ministério Público.

Outro ponto a ser enfrentando seria a segurança de disponibilidade de recursos para o pagamento do PSA. Este tema começou a ser efetivamente discutido no mês anterior e, sabendo que o pagamento do PSA representa a força motriz do Programa, devem-se definir as estratégias de longo prazo para garantir recursos suficientes para seu pagamento: a utilização de parte dos recursos

do Fundo Municipal do Meio Ambiente? A concessão de mais recursos oriundos de Termos de Ajustamentos de Conduta, assim como o primeiro aporte advindo de um TAC com a JBS? É preciso deixar claro isso.

Uma quarta questão, mais operacional e ainda pouco discutida, seria a organização da cadeia de produção de sementes e mudas de espécies nativas (ainda pouco estruturada) para subsidiar a restauração de APPs na região. O cenário ideal de plantios com alta diversidade de espécies e com mudas resultantes de coleta de sementes da própria Bacia ainda é muito distante da realidade.

Garantindo o entendimento de que a água é de todos e cada um deve cuidar da sua, a fiscalização social deve ser constante. É necessário que o trabalho do grupo de discussão criado no último dia 20 de março, com representantes de diversos segmentos da sociedade para atuar no acompanhamento de temas relativos ao uso e preservação da água, não desaccelere à medida que as notícias sobre a escassez de água comecem a rarear. Por fim, respondendo às perguntas iniciais, ainda estamos distantes da situação enfrentada pela população de São Paulo. Segundo estudos recentes, apesar de já ter havido uma redução na produção de água do Guarairoba, há condições de duplicar a oferta deste recurso, à medida que haja controle da quantidade de sedimentos que vão parar na represa. Para isso é preciso recuperar e preservar.

### CORREIO DO ESTADO

“Servir o povo de nossa terra, informando-o, indagando dos seus problemas, empenhando-se na sua solução, batendo-se por seus direitos e verdadeiros interesses”

Correio do Estado, Ano I, Número 1, 7 de fevereiro de 1954



Serviço de Atendimento ao Leitor 0800-674141 das 6h às 18h

correiodoestado.com.br @correio\_estado Correio do Estado

DIRETORES Ester Figueiredo Gameiro e Marcos Fernando Alves Rodrigues

EDITORES RESPONSÁVEIS

CAPA Milena Crestani e Sílvia Frias editor@correiodoestado.com.br  
OPINIÃO Milena Crestani pontodevista@correiodoestado.com.br  
ECONOMIA Rosana Siqueira economia@correiodoestado.com.br  
CIDADES Eduardo Miranda cidades@correiodoestado.com.br  
POLÍCIA Thiago Gomes policia@correiodoestado.com.br  
NACIONAL/INTERNACIONAL Cristina Medeiros brasil@correiodoestado.com.br  
POLÍTICA/ JUSTIÇA Adilson Trindade politica@correiodoestado.com.br  
CORREIO Oscar Rocha correio@correiodoestado.com.br

ESPORTES Jakson Pereira esporte@correiodoestado.com.br  
CORREIO INFORMÁTICA Cleidson Lima. informatica@correiodoestado.com.br  
CORREIO RURAL Maurício Hugo rural@correiodoestado.com.br  
CORREIO VEÍCULOS Cristina Medeiros veiculos@correiodoestado.com.br

ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E PARQUE GRÁFICO  
Av. Calógeras, 356 - CEP 79004-901, Campo Grande, MS.  
Fone: 67 3323-6090 Fax: 3323-6059  
ASSINATURAS CAMPO GRANDE Fone: 67 3323-6100.  
PUBLICIDADE LOCAL, CLASSIFICADOS - R. 26 de Agosto, 284,  
Fone: 3320-0023. Av. Calógeras, 356 - Fone: 3323-6090

REPRESENTANTE SÃO PAULO - FTPI | Inteligência em regionalização  
End. Alameda Maracatins, n. 508, CEP 4089001, São Paulo-SP, Tel: (11) 2178-8700 - www.ftpi.com.br

PREÇOS R\$ 1,30 (venda avulsa) e R\$ 2 (número atrasado)

ASSINATURAS R\$ 237 (6 meses) e R\$ 472 (1 ano)

CNPJ 03.119.724/0001-47  
INSCRIÇÃO ESTADUAL 28.222.911-6  
A Redação não se responsabiliza por artigos assinados ou de origem definida. Mesmo quando não publicados, os originais não serão devolvidos.